

Guerras Culturais: conceito e trajetória

Revista ECO-Pós v. 24, n. 2, 2021

Cristina Teixeira de Melo

É professora do PPGCOM-UFPE

Paulo Vaz

É professor do PPGCOM da ECO-UFRJ e pesquisador 1-A do CNPq¹.

Guerras Culturais: Conceito e trajetória

PALAVRAS-CHAVE: *Guerras Culturais; Polarização; Populismo Conservador; Cotas; Distribuição de Renda; Política Cultural*

KEYWORDS: *Culture Wars; Polarization; Conservative Populism; Quotas; Income Distribution; Cultural Policy*

1 – A análise do conceito

Do que falamos quando falamos de guerras culturais? Qual é o sentido do conceito? E a que eventos e processos fazemos referência com seu uso?

Responder à questão implica, inicialmente, saber quando surgiu o conceito e determinar as condições responsáveis pela sua emergência. O conceito de guerra cultural tem um início bem documentado: surgiu com o livro de James Hunter, *Culture Wars: The Struggle To Define America*, publicado em 1991 (Hunter, 1991).

O sentido imediato do conceito é a existência de conflitos morais. Hunter destaca as disputas em torno ao aborto, à posição da mulher na família e na sociedade, à sexualidade, aos direitos do que hoje chamamos população LGBTQI+.

¹ Paulo Vaz agradece ao CNPq o apoio ao projeto Vítima, Trauma e Testemunho: narrativas midiáticas sobre corrupção, violência e preconceito.

ao financiamento público de projetos culturais e exposições artísticas, à separação entre Igreja e Estado, ao multiculturalismo, às cotas para minorias nas universidades, ao cânone dos autores ocidentais no ensino universitário, ao politicamente correto e ao currículo das escolas primárias.

A evidente multiplicidade de temas não impede haver ao menos dois elementos em comum. O primeiro diz respeito à forma do processo pelo qual se estabelece este tipo de conflito. Inicialmente, ocorre uma mudança moral de amplo alcance, que dá expressão ao direito dos indivíduos e de minorias; surge, porém, quase que em simultâneo, uma reação conservadora organizada. A segunda característica marca o vínculo do conceito, na sua forma inicial, com a história política e cultural estadunidense. Dados o poder de mobilização política e a força da religião na constituição da moralidade nos Estados Unidos, Hunter caracteriza a mudança como um processo de secularização. Por essa razão, ele supõe que o conflito em torno do direito ao aborto seria o protótipo das guerras culturais.

O subtítulo do livro já indica que essas lutas múltiplas têm um mesmo objetivo, definir o que seria a nação. Estava em jogo a relação conflituosa entre ser cidadão dos Estados Unidos e as outras identidades que podem constituir um indivíduo, especialmente aquelas articuladas a gênero, sexualidade, etnia e religião. Na intervenção feita na convenção Republicana de 1992 e que se tornou conhecida como “Discurso da guerra cultural”, o político conservador Patrick Buchanan, após ter criticado o casamento gay, o direito ao aborto e a presença de mulheres no exército e após ter defendido o direito dos cidadãos de optarem por escolas religiosas, propôs que os Estados Unidos estavam em guerra: “Há uma guerra religiosa acontecendo neste país. É uma guerra cultural, tão crítica para o tipo de nação que seremos como foi a Guerra Fria, pois é uma guerra pela alma da América.” (Buchanan, 1992)

O fato de o termo “guerra cultural” ter aparecido na convenção Republicana sugere que a ideia e a expressão circulavam no espaço público no período em que recebeu sua primeira conceituação. De fato, segundo o historiador Andrew Hartman

(2016), a primeira menção registrada do termo num sentido próximo do atual ocorreu em 14 de novembro de 1987 no New York Times, num artigo de opinião escrito por Todd Gitlin e Ruth Rosen que comentava a revelação sobre um juiz da Suprema Corte ter fumado maconha quando jovem (Gitlin e Rosen, 1987). O artigo mencionava uma longa luta entre modernizadores e tradicionalistas sobre o sentido dos movimentos de direitos civis, feminista e gay, a liberdade sexual e o uso de drogas.

O aparecimento do vocábulo “guerra cultural” na convenção republicana de 1992, de todo modo, sinaliza um outro elemento do conceito: passa a possuir enorme relevância política o conflito entre diferentes visões do que é a “boa vida”, entre diferentes visões da moralidade, visões que antes se recomendava permanecerem na esfera privada. Sob outra perspectiva, mais distanciada, a aparição do conceito “guerras culturais” reconhece a crescente força da moral na política, subtraindo espaço do que antes, nas sociedades modernas, era central, a saber, as lutas por redistribuição da riqueza produzida num país.

No momento inicial do conceito, portanto, se destacam como partes constitutivas o processo de secularização, os movimentos de minorias e feminista, a reação organizada conservadora, a relevância política das disputas morais e o vínculo com a cultura estadunidense. Mas esse vínculo merece ser detalhado: o que significa propor que as guerras culturais põem em jogo a “alma da nação”?

As narrativas sobre uma nação respondem a três questões, ao menos: 1) quem pertence à nação? 2) do que seus cidadãos devem se orgulhar (ou se envergonhar) em relação ao que aconteceu no seu passado? 3) qual é o lugar da nação em relação às outras nações? (Bonikowski, 2017) É parte crucial do credo estadunidense se conceber como o lugar onde a utopia já se realizou. Basta pensar na sacralização de sua constituição.

A ascensão da política da identidade desde os anos 60 do século passado traz dois problemas para a narrativa do “farol na colina” a indicar o caminho das outras nações. A política de identidade afirma o direito a um senso de valor, à autoestima,

a uma representação positiva para todo grupo minoritário. Como a utopia já está realizada, como o real já é em grande parte o ideal, a contribuição histórica dos cidadãos não pode ter a forma das ações e sacrifícios atuais para a construção de um futuro que redima o passado. A contribuição já deve ter ocorrido e a narrativa histórica deve fazer jus ao direito à autoestima. É preciso, então, rever as narrativas até há pouco vigentes para dar lugar a uma representação que reconheça a contribuição das diferentes identidades que compõem a nação para o estabelecimento do ideal. Assim, as guerras culturais nos Estados Unidos têm como elemento crucial a disputa em torno às representações do passado que privilegiam os feitos dos homens brancos e tornam irrelevante a contribuição das mulheres e de outras etnias. O segundo desafio é ajustar a ideia de utopia já concretizada à violência exercida contra negros, indígenas, asiáticos, mulheres, gays etc. As novas narrativas que surgem para afirmar a contribuição das diferentes identidades e para ajustar utopia e violência encontraram e encontram fortes resistências. A disputa pela definição do que é a “América” implica, como mais um elemento do conceito de guerras culturais, a disputa sobre as narrativas históricas de uma nação (Hartman, 2016). Está em jogo a identidade dos indivíduos que a compõem.

De fato, a disputa sobre as representações do passado pode ser estendida hoje a todos os países. Habermas propôs a definição da Modernidade como a época da história que pensa sua legitimidade não pela maior ou menor fidelidade à tradição, mas pelo que é capaz de fazer consigo mesma, pelo futuro que é capaz de construir (Habermas, 1990). A ação de um presente sobre si mesmo era pensada estar aberta a todo grupo social e ser capaz de redimir qualquer sofrimento que tenha existido. Quando se pensa o futuro como fechado, porém, não importa se o fechamento é atribuído à realização do ideal ou à ausência presumida de alternativa ao capitalismo. Desde que se fecha, tanto o valor social de grupos só pode ser extraído das representações do passado, quanto a melhoria das condições de vida tende a ter menos a forma da “transformação a ser feita” e mais a forma da “dívida a ser reconhecida”.

Os elementos do conceito na sua forma inicial remetem, portanto, aos acontecimentos políticos e sociais nos Estados Unidos que tornaram possível a consciência intelectual de haver um novo tipo de conflito político no final dos anos 80 do século passado. O movimento de direito civis, a luta contra a invasão do Vietnam, as lutas que coalescem em maio de 68 e que afirmam o direito ao prazer, à experimentação da consciência e à igualdade étnica, sexual e de gênero – todos esses acontecimentos das décadas de 1960 e 1970 são a fonte que alimenta as lutas por mudanças morais nas décadas seguintes e que provocam a reação conservadora. Subjacente a esse processo, fazendo a fonte incessantemente jorrar, está a ascensão do individualismo, que reduz as obrigações e amplia o direito dos indivíduos em relação à família e ao Estado. O indivíduo contemporâneo, cada vez mais, não deve; tem, sim, direitos. Desse modo, a história das guerras culturais é a história da reação às mudanças morais que se enraizaram na legislação e nas instituições encarregadas de formar e informar: escolas, universidades e os meios de comunicação.

A análise do conceito pode prosseguir pela interrogação sobre os temas morais e culturais que podem ser objeto de disputas políticas. A lista de temas presentes no livro de James Hunter já era bastante longa; enquanto o fenômeno subsistir, porém, a lista permanece aberta, indeterminada. Continuamente somos surpreendidos pela inclusão de novos objetos que, à primeira vista e até há bem pouco tempo, não pareciam ser capazes de gerar guerras culturais. Não comer carne vermelha e limitar as viagens de avião puderam se tornar parte constitutiva e relevante de uma identidade que sinaliza o apoio ao movimento ecológico. Mais recente, e que causa maior perplexidade, na pandemia de COVID-19, a recusa ao uso de máscaras e à vacinação tornou-se modo de sinalizar o pertencimento a uma identidade política.

O sentido do termo “cultura” contribui para o esclarecimento conceitual. Na forma proposta por Hunter, herdeira do sentido formulado pela antropologia estadunidense, cultura significa um conjunto relativamente estável e unificado de crenças e valores. Por cultura não ser entendida no sentido leigo de produção

artística, guerras culturais não significa nem arte engajada, nem a crítica política da distinção entre alta e baixa cultura. Embora, claro, obras de arte foram e são objeto de controvérsia moral, especialmente se sua exposição tiver sido apoiada pelo Estado ou por uma instituição privada que teme perder mercado se sua reputação entre clientes e consumidores for atacada.

A presença do termo “guerra” também merece análise. De início, cabe ver que não se trata de uma guerra contra inimigo externo. O conceito segue o modelo da guerra civil estadunidense ou o da doutrina de segurança nacional da época da ditadura militar no Brasil, que supõem um inimigo interno.

Como não se trata de guerra entre nações, o conflito se dá em torno de questões privadas (a sexualidade é o exemplo primário) ou do que outrora se abrigava sob a rubrica de sociedade nos jornais impressos, como ecologia, saúde pública e imigração. A presença cada vez maior no espaço público dessas questões ocorre em detrimento do lugar outrora ocupado pelo conflito distributivo. A polarização surge no horizonte, pois é difícil entrar em acordo quando a clivagem é moral (Hunter, 1991). A disputa sobre percentual de aumento salarial é cardinal, quantitativa. Já o conflito em torno à moralidade de atos e expressões é ordinal, qualitativo. Quando se luta em torno ao aborto ou à definição de que atos e expressões são racistas, não há termo médio a orientar a constituição de pactos. Negociar sobre os meios para se atingir um fim reconhecido pelas partes em disputa é bem mais simples do que acordar sobre qual deve ser o fim a ser perseguido, ainda mais quando os fins caracterizam as identidades dos grupos que se afrontam. As guerras culturais são, portanto, efeito e causa da polarização política.

A polarização política é um fato social contemporâneo e que tem como uma de suas causas, talvez a maior, o advento da internet e das redes sociais. Como se sabe, os algoritmos pensados pelas plataformas para atrair a atenção dos usuários tendem a favorecer mensagens espetaculares e divisivas (Tufekci, 2014). Mas a crescente relevância das guerras culturais na política também é fator. Uma competição abriga vários concorrentes; já uma guerra é binária. Ela requer duas

partes que se afrontam, mesmo que, antes de o conflito começar, tenha havido uma multiplicidade de atores e de perspectivas. Desse modo, a variedade de perspectivas e posições sobre uma questão moral qualquer é obrigatoriamente reduzida ao dual, com perda de complexidade e nuance: toda visão sobre a moral só comporta duas posições. E o que importa não é uma compreensão mais aprofundada das razões para haver aquela disputa moral, mas, sim, a vitória sobre a perspectiva contrária.

Generalizando, a ascensão das guerras culturais está associada a duas mudanças na forma de fazer política. Nas teorizações tradicionais da ciência política sobre eleições, era consensual a necessidade de um candidato moderar seu discurso para vencer uma eleição: devia visar o centro, onde estava a maior parte dos eleitores. Com as guerras culturais, porém, especialmente para políticos conservadores, existe a possibilidade de ganhar uma eleição por ficar incessantemente açulando a base através da produção de conflitos morais e por forçar os moderados à radicalização, tanto pela falta de alternativa, quanto pela estigmatização do inimigo. Por se tratar de guerra, os moderados são forçados a escolher um lado.

A segunda mudança é associada à primeira. Se o que importa é mostrar sua pertinência a um grupo, o ativismo e a ação política podem ser cada vez mais simbólicos. A construção, na fronteira entre Estados Unidos e México, de um “muro de aço”, mas com uma “porta grande e bela” para os imigrantes legais, não resolve o problema da imigração, mas sinaliza que alguma coisa está sendo feita, ainda mais por equiparar a proteção de um país ao que se faz para proteger uma casa.

Pela relação com a polarização e as redes sociais, o conceito de guerras culturais pode se referir também à forma atual do debate no espaço público. Polarização e incivilidade são as duas faces de uma mesma moeda. A forma de argumentar nas disputas morais tende a ser a estigmatização de quem enuncia um argumento contrário. Concretamente, a forma de “debater” implica atacar quem traz argumentos diferentes, como se mostrar a pertinência de um discurso ao campo “inimigo” já é suficiente para desqualificar e ignorar os argumentos que ele contém.

Ao mesmo tempo, por ser guerra, presume-se ser necessário reduzir as divergências internas e formar um grupo unido para derrotar o inimigo. A forma binária da discussão reduz a diversidade de perspectivas, ao mesmo tempo em que a uniformidade de cada grupo parece ser maior do que efetivamente é: perspectivas divergentes não são expressas pela necessidade de combater o “inimigo” – e para não se tornar o “inimigo”.

A ideia de guerra ilumina uma outra característica do espaço público contemporâneo. Como nas guerras, ocupar a posição de vítima inocente da violência do inimigo confere superioridade moral. No livro *Diante da dor dos outros*, Susan Sontag (2003) observou que uma mesma fotografia de crianças mortas por um bombardeio foi brandida pelos dois lados na guerra entre Sérvia e Croácia para denunciar a monstruosidade moral. Já no novo espaço público das guerras culturais, torna-se lugar comum a ideia de que um discurso não só pode causar consequências corporais ao incitar a violência física de terceiros, mas que ele, por si mesmo, já causa sofrimento nos que são visados por seus enunciados preconceituoso.

A suposição de que discursos preconceituosos causam diretamente sofrimento, por sua vez, torna pensável e, para alguns, legítimo, colocar o sofrimento do indivíduo como princípio de restrição da livre proliferação dos discursos. Esse uso estratégico do sofrimento do indivíduo foi empregado antes pelo politicamente correto e agora pelo cancelamento. Mas há um problema na instituição do sofrimento causado diretamente pelo discurso como forma de limitar a liberdade de expressão e, assim, reduzir a virulência dos debates: o tiro tende a sair pela culatra. O árbitro que confere estatuto de realidade a um sofrimento qualquer só pode ser o indivíduo que o experimenta, isto é, aquele que, usualmente, pertence a uma das partes que se afrontam. O sofrimento causado pelo discurso não tem contrapartida física visível, o que permitiria que sua existência fosse julgada por uma audiência não engajada. Assim, a proposição do princípio de restrição, paradoxalmente, só causa mais demanda para a sua aplicação, pois “ter sofrido devido a discurso de ódio” torna-se modo de acusar aquele de quem se discorda de monstruoso. Ao invés

de reduzir, o sofrimento individual como princípio de restrição discursiva alimenta o conflito.

Uma última observação analítica. O conceito é normalmente empregado no plural quando se deseja caracterizar o que está acontecendo com a política nas sociedades contemporâneas: guerras e, não, guerra. A temporalidade das guerras culturais parece não incluir a ideia de batalha final, capaz de decidir o conflito e levar a história à sua conclusão, como no nexo moderno entre luta de classes e revolução. Agora, uma guerra acaba, talvez com alguma parte vitoriosa, mas logo em seguida surge uma nova, ou com outra questão moral, ou com outro evento reativando a questão anterior. Os adversários retornam com todo vigor ao espaço público tecnológico, seu campo de batalha preferido. A disposição aparentemente inesgotável de guerrear é a contrapartida de um conflito que, na maior parte dos casos, se desdobra apenas de forma simbólica.

A multiplicidade de temas morais em disputa se dispõe no tempo como incessante repetição. As guerras culturais podem ter, a cada dia, uma questão moral diferente como objeto. Mas a variedade é superficial, pois os protagonistas tendem a ser os mesmos. Com o passar dos anos, os temas que valem uma disputa moral se avolumam e se entrelaçam, ampliando a consistência interna de cada lado. Ser contra o uso de máscaras pode levar a ser contra o aborto, contra as ações afirmativas, contra o casamento gay, contra a intervenção do Estado na economia e a favor de valorizar o papel da ditadura militar na história brasileira. O ponto de entrada parece não importar; a tendência é a conexão entre temas, pois os indivíduos cada vez mais restringem sua atenção a argumentos das mesmas fontes radicalizadas. A repetição aparentemente interminável das guerras culturais reforça a polarização, o que suscita a própria repetição.

2 – A extensão espacial

Depois que o conceito adquire uma relativa estabilidade de sentido e referência, ele pode se estender no espaço. Uma consulta simples ao Google Acadêmico em primeiro de novembro sobre artigos e livros contendo o termo

“guerras culturais” nas línguas inglesa, portuguesa, francesa e espanhola sugere que houve globalização de práticas políticas estadunidenses. A tabela abaixo separa por décadas o interesse intelectual crescente pelo conceito nas diferentes línguas.

| Décadas | Culture Wars | Guerras Culturais | Guerres Culturelles | Guerras Culturales |
|---------|--------------|-------------------|---------------------|--------------------|
| 1990-99 | 7.200 | 19 | 60 | 63 |
| 2000-09 | 16.600 | 208 | 250 | 294 |
| 2010-19 | 19.700 | 721 | 581 | 762 |
| 2020-21 | 8.210 | 313 | 150 | 247 |

Embora parte significativa da diferença numérica dependa da quantidade total de artigos científicos produzidos nas diferentes línguas, é evidente, pela tabela, que nos anos 90 do século passado “guerras culturais” era um conceito praticamente restrito à língua inglesa; de fato, vários dos poucos artigos publicados em português e francês visavam explicar o que estava acontecendo nos Estados Unidos. A partir dos anos 2000, porém, a intensificação da produção é global, com o aumento maior registrado nos textos de línguas diferentes do inglês. Pelo que encontramos decorridos menos de um quinto da nossa década, a atenção intelectual continua crescente e até acelerando o crescimento, como acontece nos Estados Unidos e no Brasil, não por coincidência países onde vigoram os discursos políticos de Trump e Bolsonaro.

Como um conceito tão vinculado a características da cultura estadunidense pôde ser globalizado? A resposta imediata é que houve a globalização dos atores políticos que protagonizam os recorrentes conflitos entre estender ou resistir as mudanças morais, como os movimentos de identidade e forças conservadoras.

Também é preciso considerar, na explicação, que o processo de desvinculação do indivíduo em relação à família e à nação é global e ainda não se esgotou.

Um outro fator que explica a globalização das guerras culturais é a difusão da internet, especialmente a partir das redes sociais. De um lado, o funcionamento das redes sociais favorece a polarização de posições e argumentos em todos os países onde atuam. Do outro lado, a internet facilita o acesso ao repertório argumentativo dos movimentos sociais dos Estados Unidos. Os movimentos de minorias e o movimento feminista de diversos países incorporam pautas e formas argumentativas dos seus similares estadunidenses; vêm imediatamente à memória a globalização do Me Too, mas vale recordar também dos temas da representatividade, do lugar de fala, da autoestima e do testemunho de vítima. Na outra ponta do espectro político, é tamanha a semelhança entre os argumentos conservadores brasileiros recentes e os argumentos forjados pela direita nos Estados Unidos em sua luta contra os movimentos de minorias que não é só ironia sugerir que um critério para participar do governo Bolsonaro é ter assistido regularmente a Fox News, escutado diariamente o programa de rádio do Rush Limbaugh, lido Breitbart News e acessado os canais no YouTube de Alex Jones e Jordan Peterson.

Há um terceiro fator a explicar a globalização do uso do conceito para a apreensão de práticas políticas locais: o surgimento do populismo conservador na segunda década do século XXI, apregoando um novo nexos entre imoralidade e redistribuição. O nexos anterior implicava o apagamento da relevância de temas redistributivos. O voto nos Estados Unidos é opcional. Desde a década de 1990, um modo de explicar a adoção pelas elites econômicas de temas morais era a necessidade de mobilizar eleitores. Colocar junto ao voto para presidente plebiscitos locais sobre a validade do casamento gay ou restrições ao aborto era modo de convocar às urnas os eleitores conservadores. Passada a eleição, os eleitos esqueciam as pautas morais e se preocupavam em impedir aumento de impostos, reduzir recursos da educação e barrar a introdução da saúde coletiva. Tratava-se,

assim, de um uso instrumental da questão da moralidade, desvinculada da questão da distribuição de recursos. Uma forma de enganar: a presença de pautas morais induzia os brancos pobres ou de classe média baixa a votar contra seus interesses, a votar contra candidatos que defendiam a intervenção distributiva e protetora do Estado, mas que também sustentavam os direitos das minorias (Frank, 2004).

O surgimento do populismo conservador em diversos países do mundo promove uma mudança no uso das guerras culturais na política ao articular um nexo imaginário entre distribuição de renda e moral. Ele faz crer às camadas populares de diversos países do mundo que os imorais são a causa de seu sofrimento. Lutar contra a imoralidade não conduz mais a esquecer ou a diminuir a relevância dos interesses econômicos das classes populares; ao contrário, seria modo de lutar para melhorar de vida.

À diferença do populismo de “esquerda”, que opõe o povo inocente à elite imoral, o populismo conservador tem uma estrutura triádica; o povo é dividido entre morais e imorais (Judis, 2016). A elite corrupta, além de se apropriar ilegalmente de recursos públicos, privilegia os imorais. Mas “imorais” é um significante flutuante, que pode ser preenchido por diferentes grupos dependendo do contexto político local; o significante pode ter como significado minorias étnicas, sexuais, religiosas, imigrantes etc.

Em diversos países do mundo, essa explicação moral para a pobreza relativa e a perda de status atraiu eleitores de camadas populares que antes votavam em partidos pertencentes ao espectro da esquerda. Nos Estados Unidos, Brasil, França, Inglaterra, Suíça, Dinamarca, Turquia, Noruega, Áustria, Itália, Polônia e Hungria (a lista, longa, poderia ser estendida), uma parcela considerável desses eleitores acreditou nesse discurso que explica sua condição pelo privilégio que a elite concede a minorias e imigrantes.

Pela crença de que a elite beneficia imorais, a reação conservadora redistribuiria renda. Ao mesmo tempo, a denúncia local de políticas públicas pode se tornar uma condenação global de qualquer intervenção estatal. O Estado não deve

intervir nos empreendimentos dos indivíduos, pois a intervenção favorável aos imorais teria feito com que os brancos empobrecessem ao distorcer as provas de mérito (Hochschild, 2016). O populismo conservador faz com que setores das camadas populares adiram à agenda neoliberal.

Desde a década de 90 do século passado, era uma preocupação maior dos teóricos de esquerda os modos de articular politicamente as lutas por redistribuição às lutas por reconhecimento. Como reunir numa única plataforma as lutas por mudanças morais às lutas pela redução da desigualdade de renda? O populismo conservador encontrou uma resposta, embora imaginária e vingativa. É a resistência às mudanças morais o que melhora as condições de vida dos “cidadãos de bem”, pois a desigualdade vigente e o empobrecimento seriam causados pelas políticas do Estado favorecendo os imorais.

3 – A trajetória das guerras culturais no Brasil.

A campanha de Jair Bolsonaro em 2018 para presidente selou a inserção do Brasil nas guerras culturais. À época, a propagação de fake news em torno da chamada “mamadeira de piroca”, do “kit gay” e da “ideologia de gênero” mobilizou o medo de pais e mães de que seus filhos fossem corrompidos por ideias e pessoas “degeneradas”. Muitos eleitores votaram mais preocupados com tais questões do que com as tradicionais reivindicações por educação, saúde, transporte, emprego. As antigas demandas sociais e políticas foram, senão substituídas, ao menos vinculadas à moralidade.

Buscamos mapear como as controvérsias morais foram ganhando espaço na política brasileira. Ao menos há três décadas determinadas pautas antes vistas como meramente comportamentais e de costumes começavam a guiar as lutas políticas. O levantamento aqui feito prioriza eventos ocorridos nas esferas dos poderes executivo, legislativo e judiciário, ou seja, dizem respeito a disputa política institucional. Apesar desse olhar preferencial para a política institucional, certos

acontecimentos situados fora desse campo, mas que ganharam destaque no debate público nacional também são alvo de comentários. Dividimos essa retrospectiva em quatro eixos temáticos centrais (embora, na prática, eles se conectem): um primeiro relacionado às disputas étnico-raciais, um segundo voltado para moralização do discurso de combate à corrupção, um terceiro direcionado às questões de gênero e direitos reprodutivos e um quarto centrado nas disputas institucionais no campo da cultura.

3.1. O politicamente correto e as ações afirmativas

O movimento politicamente correto está ligado às reivindicações políticas de grupos cuja identidade étnica, de gênero e sexual tem sido historicamente alvo de discriminação. A pesquisadora Nara Cabral (2015), ao analisar a ocorrência da expressão “politicamente correto” nas matérias publicadas na Folha de S. Paulo entre 1991 e 2014, identificou que os primeiros textos sobre o assunto se encarregavam de apresentar ao público o significado da expressão, indicando tratar-se de um fenômeno estadunidense, à época, sem correspondência no Brasil. Segundo Cabral, a cobertura inicial do jornal tratava o politicamente correto como uma moda a ser consumida, um estilo de vida importado dos Estados Unidos. Ela mostra que dos anos 2000 a 2010, à medida que os movimentos sociais amadurecem no país, as pautas sobre o politicamente correto na Folha vão se nacionalizando e começam a concentrar-se nos cadernos de cultura e política. Tratava-se não mais de uma forma de conduta genérica, mas de se assumir uma bandeira política. A partir de então, a Folha de S. Paulo assume sobre o movimento uma posição crítica.

Em 2007, a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República lançou a Cartilha do Politicamente Correto em Direitos Humanos. A publicação listava 96 palavras e expressões que, segundo seus autores, revelavam preconceitos e discriminação contra grupos sociais e direcionava-se, em especial à “parlamentares, agentes e delegados da polícia, guardas de trânsito, jornalistas e professores”. De imediato, começou a circular o discurso de que o documento era

um instrumento de censura. Em meio a polêmicas, a cartilha terminou sendo recolhida por determinação do ex-presidente Lula na mesma semana em que foi publicada.

Anos depois da mal sucedida publicação da cartilha, outra polêmica envolvendo o Governo Federal (GF) em torno do politicamente correto vinha à tona. Em 30 de junho de 2010, a Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CEB/CNE) acatou solicitação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) que questionava a utilização, pela Secretaria de Estado da Educação do Distrito Federal, do livro *Caçadas de Pedrinho*, de Monteiro Lobato. Na denúncia, alegava-se que a obra veiculava preconceitos e estereótipos contra grupos étnico-raciais, sobretudo nas referências à personagem tia Nastácia. Tratando-se de um autor considerado um clássico da literatura infanto-juvenil e de uma obra de referência para as escolas do país, adotada e distribuída pelo Programa Nacional de Biblioteca na Escola (PNBE) do MEC, a denúncia causou um enorme burburinho na imprensa. Em resposta à SEPPIR, a CEB/CNE produziu dois pareceres recomendando à editora responsável pelo livro a adição de nota explicativa que esclarecesse o contexto histórico de seu conteúdo racista.

João Feres Júnior et al (2013) mostram que, embora os pareceres tenham buscado esclarecer que não se tratava de “veto” à obra de Monteiro Lobato, os jornais insistiam nas acusações de censura. Em colunas e editoriais, jornalistas e colaboradores passaram a desqualificar reiteradamente argumentos subjacentes ao debate tachando-os pejorativamente de “politicamente corretos” no sentido de se configurarem como uma imposição de valores e padrões culturais por parte de um Estado dominado pela ideologia de esquerda.

Na linha das contendas em torno do politicamente correto estão as polêmicas sobre as ações afirmativas. Ambos os movimentos revelam disputas entre forças sociais que lutam pela legitimidade de alguns discursos e pela ilegitimidade de outros. As ações afirmativas se constituíram como um campo de batalha entre

aqueles que defendem políticas compensatórias para grupos minoritários e aqueles que se opõem a implantação de tais políticas.

Após a III Conferência Mundial das Nações Unidas contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, ocorrida em 2001 em Durban/África do Sul, a pressão para a adoção do sistema de cotas no Brasil aumentou. As discussões em torno do tema passaram a suscitar intenso debate na imprensa e no ambiente universitário. Na ocasião era comum ouvir de seus detratores que as cotas feriam o princípio da igualdade constitucional, subvertiam o princípio do mérito acadêmico e possibilitavam o possível ingresso de “pessoas não qualificadas” na universidade. Muitos dos argumentos contrários às cotas focalizavam à questão étnico-racial: elas gerariam uma espécie de “racismo reverso”, contribuiriam para estigmatizar os negros como “incompetentes”, discriminariam os brancos, além da alegação de que, em um país miscigenado como o Brasil, seria muito difícil fazer a identificação dos negros.

Apesar dessas adversidades, em 2004, tanto a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), quanto a Universidade de Brasília (UnB) implantaram o sistema de cotas raciais, abrindo caminho para uma mudança no paradigma de acesso à universidade, antes fortemente baseado na meritocracia. Logo depois, várias outras universidades federais introduziram a reserva de vagas para estudantes de escolas públicas e candidatos negros, pardos e indígenas. No entanto, não existia uma padronização e cada instituição definia seu critério. A chamada Lei de Cotas (Lei 12.711) só passou a vigorar em 2012². Dois são os momentos em que há uma expansão das cotas nas universidades: em 2008, com a adesão das IFES ao Reuni (Reestruturação e Expansão das Universidades Federais), e em 2013, justamente após a implantação da Lei de Cotas.

² A Lei de Costas torna obrigatória a reserva de vagas nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio para os autodeclarados pretos, pardos e indígenas e para as pessoas com deficiência, estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a um salário mínimo e meio per capita e para alunos oriundos de escola pública.

3. 2. A dimensão moral das políticas distributivas

Criado em 2003, no início do 1º mandato do governo Lula, o Bolsa Família (BF) foi um programa de transferência de renda que teve por objetivo o combate à pobreza. Apesar de ser internacionalmente reconhecido como referência em política pública de proteção social, nos seus 18 anos de existência, o BF recebeu muitas críticas. O discurso opositor corrente acentuava que o programa tinha vários “efeitos indesejados que estimulavam comportamentos oportunistas em seus beneficiários” (Kawauchi, 2019). Nesse sentido, era comum se escutar coisas do tipo: “as mulheres estão engravidando para poder receber mais dinheiro do BF”, “o dinheiro do BF está sendo usado para comprar cachaça e drogas”, “o povo estava deixando de trabalhar porque sabe que vai receber o dinheiro do BF no final do mês”, “o BF serve mesmo é pra garantir voto para o PT nas eleições”, “tem gente que não precisa e tá ganhando dinheiro do BF enquanto quem precisa tá de fora”.

Ao analisar o resultado das pesquisas produzidas no Brasil sobre o BF entre 2005 e 2017³, Mary Kawauchi (2019) constatou que muitas dessas percepções não encontravam ressonância na realidade social do público beneficiário do programa. Dessa forma, ela sustenta que tais crenças ancoram-se em preconceitos. A única crença que as pesquisas confirmam é a associação entre o BF e a quantidade de votos recebido por Lula em sua reeleição, bem como a vitória de Dilma Rousseff nas urnas em 2010. Ou seja, o “efeito eleição” do BF estaria confirmado. No entanto, Kawauchi faz uma ressalva em relação a esse aspecto. Os trabalhos mostram que, na visão dos não beneficiários do BF, os beneficiários, por terem obtido melhorias em suas condições de vida com o programa, teriam votado com base em interesses próprios, visando à manutenção do benefício, sem se importarem com os “escândalos de corrupção” envolvendo figuras-chave do governo federal. Ou seja, essas percepções relacionam o “ser beneficiário” com “ser manipulado” ou “ser venal e oportunista”

³ Em sua tese de doutorado “O Programa Bolsa Família e percepções de não beneficiários: Um estudo sobre o efeito preconceito”, Mary Kawauchi levantou 741 teses e dissertações, defendidas até 2016, e 226 artigos científicos publicados em periódicos nacionais, até abril de 2017 sobre o BF.

para finalidades eleitoreiras, considerando que a população pobre não possui capacidade racional crítica e que não se importa com as denúncias de corrupção envolvendo titulares do governo federal e do poder legislativo.

Nesse contexto, a pesquisadora avalia que a forma pela qual eleitores beneficiários vêm sendo julgados pelos não beneficiários se apoia num viés de classe preconceituoso. Ela lembra que o preconceito, o estigma se constitui em meio a relações de poder. Assim, aquilo que se considera como desvio – e que pode se transformar em estigma – é sempre atribuído por iniciativa de alguém, os “empreendedores morais”. É nesse contexto que, enquanto os beneficiários são considerados “oportunistas”, “interesseiros”, “acríticos”, “manipuláveis”, pessoas que “não se importam com a corrupção”, outros segmentos sociais, especialmente a classe média, ciosos de seus respectivos papéis sociais, votam com “consciência”, “responsabilidade”, “conhecimento de causa” e pelo “bem-comum”, atestando-se, assim, a “normalidade” daqueles que votaram nos candidatos oposicionistas nos pleitos de 2006 e 2010 (Kawauchi, 2019).

No caso do Brasil, os “empreendedores morais” seriam compostos por partidários da oposição derrotada nos referidos processos eleitorais, que “acusaram” o BF de ser um dos responsáveis pela derrota injustamente sofrida por seus candidatos. Como bem mostra Kawauchi, para justificar as razões pelas quais a injustiça havia se instaurado, os outros três supostos efeitos negativos do PBF são amplamente acionados: “efeito cegonha”, “efeito preguiça” e “efeito cachaça”. Os não beneficiários julgam ser injusto segmentos da população terem elegido um(a) candidato(a), motivados por uma política que retira recursos públicos de um todo coletivo para destinar a um setor composto por “preguiçosos, genitoras irresponsáveis e pais alcoolistas”. Um governo composto por imorais beneficia imorais em detrimento dos cidadãos de bem.

Em trabalho anterior (MELO e VAZ, 2018), defendemos que o fato de não ter havido maiores mobilizações contra a corrupção após o golpe parlamentar que depôs o Governo Dilma indica que outros descontentamentos estimulavam os

manifestantes de classe média em 2013 e, sobretudo, nas manifestações a favor do impeachment de 2015 e 2016. Sustentamos que as principais insatisfações que motivavam a participação da classe média nos atos, mesmo que não se desse conta disso, eram os efeitos das políticas redução da desigualdade implementadas pelo PT, das quais o Bolsa Família é a principal representante. Mas há outras ações que contribuem para este movimento.

Em abril de 2013 foi aprovada a chamada PEC das domésticas (PEC 66/2012) beneficiando um segmento formado em sua maioria por mulheres negras de baixa renda. Essa política distributiva perturba de duas maneiras o conservadorismo brasileiro. De um lado, há o incômodo com a ascensão à condição de sujeito de direito, com contrato de trabalho, de indivíduos que antes trabalhavam segundo uma lógica herdada do escravismo, mesmo que atenuada: obrigação de morar em quartos diminutos, mal mobiliados e pouco ventilados; horário de trabalho indefinido, à mercê do desejo alheio; recompensa presumida do trabalho não é tanto monetária, mas, sim, ser “parte da família” e agradar a seus empregadores. Do outro lado, a classe média, acostumada a pagar barato pelos serviços de casa, se via na obrigação de remunerar melhor as empregadas ou assumir as tarefas domésticas, o que alimentou ressentimentos em relação ao governo do PT. Anos mais tarde, já durante o governo de Jair Bolsonaro, a sugestão de seu ministro da Economia Paulo Guedes de que as empregadas domésticas trocassem as viagens para Disneylândia, feitas em tempos de dólar mais baixo, por visitas à Cachoeiro do Itapemirim (ES), Foz do Iguaçu (PR) ou as praias nordestinas exprime bem esse ressentimento. Elas saíram do lote que lhes estava reservado.

O incômodo da classe média, portanto, também era simbólico. Sua posição social relativa se alterou desfavoravelmente durante as administrações petistas: ela olhava para trás, via os pobres se aproximarem; olhava para frente, via os ricos se distanciarem. Muitos da classe média tradicional não gostavam de ver os pobres, que anteriormente só frequentavam as rodoviárias, lotando os aeroportos. Como não é de bom tom dizer isso claramente, no geral, era por meio de um discurso de

humor que esse preconceito de classe circulava, já que piadas e ironias são recursos muito utilizados para dizer o que não se pode dizer, para dar vazão aquilo que é censurado, interdito. As redes sociais, com seu distanciamento, também facilitaram a publicização desse tipo de discurso que antes era exercido somente no mundo privado.

Em agosto de 2010, um grupo de moradores de Higienópolis, bairro nobre de São Paulo, organizou um abaixo-assinado para impedir a construção de uma das estações do metrô na esquina da Avenida Angélica com a Rua Sergipe. Eles argumentavam que o metrô iria aumentar o fluxo de pessoas principalmente nos dias de jogos, já que o Estádio do Pacaembu é próximo ao local inicialmente escolhido e provocaria “ocorrências indesejáveis”. Os críticos ao documento relacionaram o pedido de mudança com a classe social abastada dos habitantes de Higienópolis. Corroborava para essa percepção a seguinte declaração de uma moradora do bairro à FSP “Você já viu o tipo de gente que fica ao redor das estações do metrô? Drogados, mendigos, uma gente diferenciada”. A frase nomeou o protesto “churrascão da gente diferenciada” que aconteceu em frente ao shopping Pátio Higienópolis.

As críticas que o livro “Por uma vida melhor”⁴ recebeu por abordar a variação linguística, além de preconceituosas, são também sintomas do incômodo de classe. Os críticos afirmavam que a obra estaria fazendo a apologia do “erro” de português, desvalorizando, assim, o domínio da chamada norma culta. Em comentários da internet, alguns chegaram, inclusive, a insinuar que o livro seria a defesa da fala “errada” de Lula.

Ainda em 2013, logo após as jornadas de junho, os “rolezinhos”, grandes encontros em shopping centers organizados por jovens da periferia por meio das redes sociais, invadiram um espaço típico da classe média. Era comum ouvir que os rolezinhos eram os “novos arrastões”, que provocavam “tumulto”, “arruaça”. Por

⁴ Livro destinado a alunos do EJA (Educação de Jovens e Adultos), publicado pela Ação Educativa e aprovado no PNLD 2011.

vezes, empresários registraram a ocorrência de roubos e furtos. Alguns rolezinhos foram proibidos por liminar da Justiça e mobilizaram tropas da Polícia Militar. Esse tipo de atitude “punitivista”, por sua vez, foi classificada como racista e preconceituosa por pessoas e entidades que interpretavam o fenômeno como ausência de espaços de lazer e cultura para os jovens da periferia.

Percebe-se com esses exemplos que todas essas insatisfações da classe média se deslocaram de um alvo que ainda é considerado ilegítimo – condenar a ascensão social de muitos em um país de distribuição de renda tão desigual – para o alvo sumamente legítimo do combate à imoralidade na política. A inquietação com a redução de desigualdades foi racionalizada como apelo à moralidade. O lugar de guerreiro da integridade permitiu à classe média acreditar que se posicionava contra o governo do PT porque lutava pelo bem comum e não porque estivesse incomodada com a perda de privilégios materiais e simbólicos.

3.3. Direitos reprodutivos e sexuais em disputa

Durante os governos do PT, aconteceram intensas disputas morais em torno das questões de gênero e sexualidade, sendo esse assunto um dos principais promotores da discórdia entre as igrejas cristãs e evangélicas e o PT. Recapitularemos cronologicamente as principais polêmicas relativas a esse campo.

Em maio de 2004, a Secretaria Especial de Direitos Humanos do GF lançou o Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra LGBT e Promoção da Cidadania Homossexual, o Brasil sem Homofobia, que, entre outras ações, objetivava o fomento e apoio a cursos de formação de professoras/es na área da sexualidade; a avaliação de livros didáticos de modo a eliminar a discriminação por orientação sexual e a superação da homofobia; o estímulo à produção de materiais educativos (filmes, vídeos e publicações) sobre orientação sexual e superação da homofobia. Foi daí que nasceu o Projeto Escola Sem Homofobia, idealizado por organizações da sociedade civil sob a orientação técnica da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD – do MEC. O Projeto Escola Sem Homofobia

previa a elaboração de conjunto de materiais para a formação de professores que incluía o Caderno Escola sem Homofobia, boletins informativos e vídeos. Esse material foi nomeado pelos seus idealizadores de “Kit de Combate à Homofobia nas Escolas”⁵, mais tarde pejorativamente apelido pelos seus opositores de “kit gay”.

Quando o kit anti-homofobia ficou pronto, mas ainda estava sob análise técnica do MEC, grupos religiosos pressionaram a presidente Dilma Rousseff para que ela vetasse sua circulação. Eles agiam em retaliação à decisão tomada no dia 11 de maio de 2011 pelo Supremo Tribunal Federal (STF) de que a união estável entre casais do mesmo sexo caracteriza uma família para fins legais. O GF cedeu à pressão de grupos religiosos e em 25 de maio de 2011 vetou a produção e circulação da cartilha.

Antes disso, em 2009, o III Plano Nacional dos Direitos Humanos (PNDH-3) já havia sido alvo de fortes ataques ao prever, entre outras coisas, a união civil entre pessoas do mesmo sexo, o direito de adoção por casais homoafetivos e a descriminalização do aborto. Em função da intimidação que recebeu dos segmentos conservadores tais itens foram excluídos do documento final⁶.

Apesar da vitória em relação ao Kit Brasil sem Homofobia e ao PNDH3, os conservadores amargaram algumas derrotas em sequência. Em 2012, o STF descriminalizou o aborto de anencéfalos. Em maio de 2013, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovou a Resolução nº 175 que proibiu os cartórios do país se recusarem a converter a união estável homoafetiva em casamento. Isso estabeleceu o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo em todo o Brasil.

⁵ Também conhecido como “Kit Contra a Homofobia” ou “Kit Anti-homofobia”.

⁶ É bom lembrar que também faziam parte do PNDH3, a criação da Comissão Nacional de Verdade, a interdição a ostentação de símbolos religiosos em estabelecimentos públicos da União, a criação de lei prevendo “penalidades administrativas, suspensão da programação e cassação de concessão para os veículos que desrespeitarem os direitos humanos”, a adoção de mecanismos de mediação judicial nos conflitos urbanos e rurais e a demarcação de terras indígenas. Diante dessas propostas, parlamentares da bancada ruralista, evangélica e católica, além da CNBB e de entidades ligadas aos meios de comunicação se uniram e pressionaram o GF que em 12 de maio de 2010, através do decreto nº 7.177, excluiu ou mudou a formulação de muitos desses itens do documento.

A reação conservadora não tardou. Em junho de 2013, o pastor e deputado federal Marco Feliciano (PSC/SP), que quatro meses antes havia assumido a presidência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) da Câmara dos Deputados ressuscitou o projeto conhecido vulgarmente como “Cura Gay”.

Em 2014, as polêmicas públicas sobre as questões de gênero e sexualidade giraram em torno do Plano Nacional de Educação (PNE). Parlamentares conservadores de orientação católica e evangélica conseguiram retirar do PNE referências à promoção da igualdade de gênero e de orientação sexual.

Também em 2015, após assumir a presidência da Câmara Federal, o ex-deputado federal evangélico Eduardo Cunha desarquivou e acelerou a tramitação de projetos de lei avessos aos Direitos Humanos e à igualdade de gênero. Foi ele também quem abriu o processo de impeachment contra Dilma Rousseff. Na votação do impeachment, em 2016, termos como “pedaladas fiscais” e “crime de responsabilidade”, principais acusações contra Dilma e que embasaram o pedido de impeachment, pouco apareceram na fala dos parlamentares. Mas inúmeras foram as vezes que os deputados falaram “em nome de Deus e da família”. Essa família ora foi aludida de forma concreta, como sendo a do próprio parlamentar (“pela esposa Paula”, “pela filha que vai nascer e a sobrinha Helena”, “pelo neto Gabriel”, “pela tia que me cuidou quando era criança” etc.), ora foi simbolicamente referenciada como sendo a “família brasileira”. No segundo caso, foi comum um outro argumento entrar em cena: a defesa da sexualidade das crianças contra a ameaça de um certo ensino escolar (“para impedir que as crianças aprendam sexo nas escolas”, “Pela família e pela inocência das crianças em sala de aula que o PT nunca teve”). As declarações dos parlamentares durante o impeachment de 2016 sugerem que para proteger Deus e a família é importante dominar o que circula nas escolas e universidades porque esses locais se transformaram em um dos principais campos de batalha das disputas morais.

A existência do movimento “Escola Sem Partido” reflete fortemente às polêmicas morais no contexto escolar⁷. O movimento se coloca como representante de pais e estudantes contrários ao que chamam de “doutrinação ideológica” de esquerda nas escolas. Na base da reivindicação está a suposição de que os professores promovem crenças que se contrapõem aos valores cristãos e da família tradicional, com destaque para as “ideias feministas”, a “ideologia de gênero”, a “doutrinação marxista” (a referência ao marxismo, por vezes, é substituída pelas paráfrases discursivas “comunismo”, “esquerdismo”, “petismo”).

Nesse contexto, considerada pelos conservadores a “mãe da ideologia de gênero”, a filósofa Judith Butler⁸, representa um dos principais inimigo a combater. Em novembro de 2017, um grupo de manifestantes fizeram um protesto em frente ao Sesc Pompéia, em São Paulo, local em que Butler faria uma conferência. Empunhando crucifixos, os manifestantes atearam fogo em uma boneca vestida bruxa com o rosto de Butler aos gritos de “queimem a bruxa!”.

Em setembro de 2017, capitaneados pelo Movimento Brasil Livre⁹, alguns conservadores já tinham protestado contra a performance “La Bête”, em que o artista Wagner Schwartz, nú, manipula uma réplica de plástico de uma das esculturas da série “Bichos”, de Lygia Clark. Em uma das apresentações de Schwartz a filha da também performer e coreógrafa Elisabeth Finger toca os pés do artista. Um vídeo com a cena viralizou na internet provocando reações indignadas de ultradireitistas que falaram em “pedofilia”.

Também em setembro de 2017, mais uma vez com a liderança do MBL, grupos conservadores conseguiram fazer com que o Santander Cultural, patrocinador da exposição Queermuseu: Cartografias da Diferença na Arte

⁷ Fundado em 2004 pelo advogado Miguel Nagib, o Escola Sem Partido passou a ter visibilidade a partir de 2014, quando os vários projetos a ele relacionados começaram a tramitar no Congresso Nacional e nas câmaras legislativas estaduais e municipais. Em julho de 2019, Nagib anunciou seu desligamento do Movimento por falta de apoio do presidente Jair Bolsonaro, mas o Escola Sem Partido segue na defesa de uma agenda conservadora para a educação brasileira.

⁸ Autora de “Problemas de gênero”.

⁹ O MBL surgiu em 2014 e a partir de então realizou frequentes protestos a favor do impeachment de Dilma Rousseff.

Brasileira, cancelasse o evento em Porto Alegre, bem como sua posterior edição no Rio de Janeiro. A mostra reunia trabalhos sobre a temática LGBT, questões de gênero e de diversidade sexual. A obra *Cruzando Jesus Cristo com Deusa Shiva* (1996), do gaúcho Fernando Baril, que retrata Jesus crucificado com os múltiplos braços da deusa do hinduísmo, foi considerada uma ofensa ao cristianismo. Já a série *Travesti da lambada e Deusa das águas* (2013), da cearense Bia Leite, foi acusada de fazer apologia à pedofilia.

Nas manifestações contra esses trabalhos artísticos a figura da criança e o tema da pedofilia serviram de capitalização política para o discurso conservador. A ideia da criança vítima de pedofilia é capaz de lançar pânico na população e arregimentar o poder. Foi o que fez o então candidato Jair Bolsonaro em sua campanha de 2018. Na ocasião, ele utilizou o livro *“Aparelho Sexual e Cia – Um guia inusitado para crianças descoladas”*, de Hèlène Bruller, publicado no Brasil pela Companhia das Letras, para afirmar que a publicação fazia parte do “kit gay”¹⁰ e que atentava contra às crianças. Como já vimos, o “kit gay” foi a forma como os opositores do Projeto Escola Sem Homofobia passaram a chamar o “kit Brasil sem Homofobia”, material cuja circulação foi vetada pelo governo. O livro *“Aparelho Sexual e Cia”* nunca fez parte do kit. Aliás, ele nunca foi adquirido pelo MEC. Alguns exemplares foram, isto sim, comprados pelo Ministério da Cultura (MinC), em 2011, dentro do Programa Livro Aberto, que não tem relação com bibliotecas escolares, e foram destinados às bibliotecas públicas.

A frente da Presidência da República, Bolsonaro mantém seu discurso de proteção das crianças contra a “ideologia de gênero”, assim como outros discursos e ações de caráter conservador. Por exemplo, de 2008 até 2019, o governo distribuía a caderneta do adolescente, um folheto com informações sobre sexo seguro e puberdade destinado a faixa etária dos 10 a 19 anos, mas o presidente Jair Bolsonaro

¹⁰ Em 2016, Bolsonaro já havia mencionado o livro como sendo parte do “kit gay” e chegou a gravar vídeos dizendo que o livro era “uma porta aberta para a pedofilia” e “estimulava precocemente as crianças a se interessarem por sexo”.

mandou o documento ser recolhido por mostrar “imagens que não caem bem para meninos e meninas de nove anos”.

Não por acaso Bolsonaro indicou para o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos a pastora Damares Alves que sustenta a tese de que “menino veste azul, e menina veste rosa”. Em 2019, o ministério de Damares, junto com a pasta da saúde, lançou a campanha “Tudo Tem seu Tempo: Adolescência primeiro, gravidez depois”, que visa a educar jovens sobre sexo e gravidez na adolescência. Antes mesmo de seu lançamento, a campanha gerou polêmicas porque sinalizava a intenção de criar um programa que estimulasse jovens a não fazer sexo ou adiar o início da vida sexual como forma de evitar a gravidez na adolescência. Após as controvérsias, o termo “abstinência” não aparece no vídeo da campanha. Por outro lado, o uso de camisinha ou de qualquer método contraceptivo também não é mencionado.

A questão da gravidez precoce foi alvo de uma forte polêmica em 2020. A família de uma menina de 10 anos, que engravidou após ter sido estuprada por um tio, recebeu autorização da justiça para realizar um aborto legal. Após o atendimento a menina ter sido negado no seu estado de origem, ela viajou para realizar o procedimento em Recife. Quando já estava internada no Centro Integrado de Saúde Amaury Medeiros (Cisam), uma multidão se aglomerou em frente prédio. De um lado, defensores do direito de a menina realizar o aborto em função da pouca idade e da violência sofrida. De outro, um grupo comandado por vereadores e deputados de linha conservadora, muitos deles evangélicos e católicos, contrários ao procedimento.

O levantamento aqui feito mostra que as guerras culturais no Brasil ganharam impulso como reação dos segmentos conservadores às políticas públicas e legislação específicas implementadas durante os governos do PT em resposta às reivindicações dos movimentos sociais.

3.4. A Cultura sob disputa

As controvérsias atuais envolvendo o campo da cultura e da arte nas instituições federais brasileiras não podem ficar de fora desse levantamento sobre as guerras culturais.

Assim que assumiu a presidência em janeiro de 2019, Bolsonaro extinguiu o Ministério da Cultura (MinC), transformando-o na Secretaria Especial da Cultura (Secult), que inicialmente esteve vinculada ao Ministério da Cidadania e, em 2021, passou para a pasta do Turismo. A mudança de status do MinC indica um rebaixamento da importância relativa da Cultura perante as outras áreas.

Além disso, é inegável o esforço do governo de impor uma agenda de direita no setor cultural. Bolsonaro tem acusado artistas e produtores culturais de se apropriarem de recurso público em benefício próprio através da Lei Rouanet. Em 2019, ele declarou que se o governo não pudesse impor algum filtro nas produções audiovisuais brasileiras, por meio da Agência Nacional do Cinema (Ancine), ele extinguiria a agência. Na ocasião, ele criticou o uso do dinheiro público para realização do que ele chamou de "filmes pornográficos" e defendeu que o cinema brasileiro passasse a falar dos "heróis brasileiros".

As pessoas indicadas por Bolsonaro para cargos importantes da cultura também se alinham ao seu discurso conservador. Por exemplo, o jornalista Sérgio Camargo, que ocupa a presidência da Fundação Cultural Palmares, se define como "negro de direita", defende o fim do Dia da Consciência Negra e costuma fazer várias declarações contra o movimento negro.

Impossível esquecer o episódio protagonizado pelo dramaturgo Roberto Alvim no início de 2020 durante o lançamento do Prêmio Nacional das Artes. Na ocasião, Alvim, que estava à frente da Secretaria Especial de Cultura, reproduziu trechos de um discurso de Joseph Goebbels, ministro da Propaganda na Alemanha nazista. Oficialmente apresentado como uma premiação para garantir o "renascimento das artes e da cultura", a proposta inicial do Prêmio Nacional das Artes tinha como objetivo recuperar "os princípios e os valores da civilização ocidental" e direcionava os prêmios para as seguintes categorias: óperas,

espetáculos teatrais, exposições individuais de pintura e escultura, contos, CDs e histórias em quadrinhos. Tal direcionamento contrastava claramente com a política cultural dos governos do PT, que teve como carro-chefe o Programa Cultura Viva, cujo intuito era incentivar organizações culturais excluídas dos circuitos de financiamento moldados pelo mecenato, mas que já existiam no cotidiano de comunidades.

A censura, o controle e as nomeações de pessoas com perfil conservador e de direita estão em consonância com o pensamento do escritor Olavo de Carvalho, considerado “ideólogo” do governo. Para Olavo de Carvalho, mesmo tendo sido derrotados em 1964, os “comunistas” teriam encontrado um campo aberto para militância no campo da cultura e da educação no país e essa suposta hegemonia cultural de esquerda precisaria ser combatida, é o que ele chama de “marxismo cultural”. Ainda de acordo com Olavo, são as transformações culturais que darão suporte às transformações políticas e econômicas. Nesse sentido, é preciso formar uma intelectualidade de direita capaz de promover essas transformações. E Olavo tem atuado fortemente nesse sentido. Vários de seus alunos ocupam hoje postos na mídia na tradicional e nas mídias sociais. Além disso, foi indicação de Olavo os nomes de Ernesto Araújo para o Ministério das Relações Exteriores, o de Ricardo Vélez Rodriguez para o Ministério da Educação, o de Carlos Nadalim para Secretaria de Alfabetização do Ministério da Educação (MEC), o de Murilo Resende Ferreira para a Diretoria de Avaliação da Educação Básica do Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), o de Adolfo Sachsida para a Secretaria de Política Econômica do Ministério da Economia e o de Filipe Martins para Assessoria da Presidência.

Os ataques que atingem o setor da cultura têm como base o tradicionalismo, uma filosofia crítica à Modernidade. Essa filosofia acredita que no mundo moderno impera a degradação moral, o caos político e a miséria intelectual. Nesse contexto de volta dos tradicionalismos as guerras culturais se proliferam e parecem estar longe de acabar.

4 – O dossiê

Após a análise conceitual e o histórico do desenvolvimento das polarizações morais no Brasil, é perceptível que o conceito de guerras culturais é eminentemente descritivo. Singulariza um modo de disputa política, remetendo à relevância de temas morais, aos movimentos de minoria, às forças conservadoras e religiosas, ao populismo conservador e ao espaço público polarizado promovido pelas redes sociais. O conceito não explica, porém, os processos que antecedem ao conflito: a forma tomada pela reação às mudanças morais, os mecanismos psíquicos e sociais capazes de suscitar a reação moral, o movimento que ocorre com os temas morais que se tornam objeto de conflito ou as estratégias discursivas usadas.

Os textos do dossiê procuram suprir esse déficit explicativo. Uma estratégia adotada, própria de autores que, em sua maioria, pertencem à área de comunicação, foi analisar uma “arma” privilegiada das guerras culturais: o discurso persuasivo dos diferentes atores. Uma segunda estratégia adotada para suprir de inteligibilidade o conceito de guerras culturais foi a de articulá-lo com conceitos aparentados, já conhecidos pelos pesquisadores de ciências humanas. Um desses conceitos é o de hegemonia, por já conter a relevância das disputas de ideias para a política. A diferença é seu vínculo com uma série de outros conceitos marxistas, especialmente luta de classes e revolução. Até por ter como lugar de origem a cultura estadunidense e ter surgido após a queda do Muro de Berlim, o conceito de guerras culturais, por contraposição, surgiu para indicar a autonomia das disputas morais em relação aos conflitos distributivos modernos.

Um segundo conceito usado por autores no dossiê foi o de politização. Como o termo secularização, indica um movimento; no caso, quando algo – agente ou tema – passa de uma condição não-política para a condição política. Descreve, portanto, o que aconteceu com as várias questões morais ou problemas sociais que se tornaram objeto de disputas políticas, enquanto antes pertenciam à esfera privada ou estavam sob a competência de peritos.

Pânico moral é outro conceito aparentado que foi usado para suplementar a inteligibilidade das guerras culturais, especialmente por artigos que desejavam realçar, na reação conservadora às mudanças morais, a estratégia política do exagero. O último conceito a ser destacado é uma das fontes da ideia de pânico moral: o ressentimento, tal como formulado por Nietzsche. Seu objetivo não é tanto descrever a forma da reação conservadora, mas os mecanismos psíquicos que a sustentam. As mudanças morais dos últimos 50 anos produzidas pelos movimentos feminista e LGBTQI+ ampliaram a liberdade dos indivíduos; quem a elas resiste, portanto, não está apenas expressando uma postura política conservadora e ambicionando a dominação política; está também limitando seu desejo e desqualificando todos aqueles que, por serem o que são, lhe recorda de sua impotência. Assim, a narrativa de Nietzsche sobre a invenção do ideal ascético como modo de impotentes – isto é, aqueles incapazes de desejar o que desejam – se pensarem moralmente superiores e de atribuírem a responsabilidade de seus sofrimentos à presumida imoralidade alheia continua a ser atraente para explicar nossa atualidade.

Como é de se esperar, dado o pouco tempo de entrada das guerras culturais no Brasil, a totalidade dos textos do dossiê trata de eventos – e de eventos recentes, nenhum que tenha ocorrido há mais de cinco anos. Não surpreende, tampouco, que a maioria dos textos estude as diversas formas da reação conservadora no Brasil. A atenção ao conceito foi suscitada pela ascensão política do conservadorismo no país, desde a transformação de sentido das jornadas de 2013, passando pelas mobilizações contra a corrupção de 2014 e o golpe contra Dilma Rousseff até chegar à eleição de Bolsonaro.

Dos 15 textos escolhidos para compor o dossiê¹¹, 10 visam compreender a ação política recente de grupos conservadores. A eleição e o governo Bolsonaro ocupam o centro da cena. Três tratam diretamente da eleição. O artigo “Assombro,

¹¹ A chamada do Dossiê recebeu um total de 42 artigos. Esse alto quantitativo de textos indica a importância do tema na atualidade.

transgressão e falsificação na estética de combate bolsonarista” analisa o discurso agressivo e repleto de falsidades da extrema direita na eleição. “Prevalência da guerra revolucionária em contexto democrático” trata do apoio da maioria dos militares ao candidato Bolsonaro por anteverem, na sua eleição, a possibilidade de retomar protagonismo e forçar a reavaliação do papel da ditadura militar na história do Brasil. Já “Mundos em colisão: das guerras culturais às zonas críticas” propõe o surgimento da figura do batalhador, formada a partir da valorização da família e da religião, como uma explicação para o apoio de parte das camadas populares à candidatura de direita. O “batalhador” atribui a si, à sua disciplina e moralidade, a ascensão social experimentada durante os governos do PT; desse modo, a crise econômica recente resta ser explicada pela imoralidade alheia.

Distanciando-se um pouco da eleição, mas ainda tendo como foco o bolsonarismo, temos o artigo “Ressentimento e guerra cultural no populismo de extrema direita”, que analisa como o candidato e depois presidente explora o ressentimento de camadas populares e médias suscitado pelas mudanças morais recentes. Esse foco está também presente no artigo “O jardim e a Matrix”, que analisa a relevância do pensamento de Olavo de Carvalho para a extrema direita brasileira.

Combinando bolsonarismo e pandemia, há 2 artigos no dossiê. Primeiro, temos “A culpa é da China! O discurso sino-conspiratório no governo Bolsonaro”, que mostra como o governo procura se equilibrar entre a dependência econômica do Brasil com a China e o discurso conspiratório que atribui a interesses do governo Chinês a responsabilidade pela existência da pandemia. Temos, ainda, o artigo “Não sou eu quem está falando! A retórica de autoridade em vlogs da Direita brasileira no YouTube sobre a vacina contra a COVID-19, que analisa o emprego de dois argumentos tradicionais da retórica por canais conservadores do YouTube contrários à vacinação: o argumento de autoridade (de figuras políticas e não de peritos) e argumento ad hominem. Os vlogs parecem sustentar que, como a ciência é política, os políticos do nosso lado são melhores cientistas do que os cientistas.

Os três últimos artigos contidos no subconjunto que analisa a direita brasileira alargam o círculo do bolsonarismo para incluir a reação ao feminismo e à liberdade sexual. O texto “A simbologia de Marielle Franco nas guerras culturais do Brasil polarizado” nota que Marielle Franco se tornou metonímia da esquerda e analisa então como conservadores espalham rumores e fake News para combater o discurso contrário à violência policial na favela. Já “Da manosphere à machosfera” mostra o vínculo, permitido pela internet, entre a reação machista estadunidense, auto-intitulada de “movimento de direitos dos homens”, e a formação de grupos brasileiros que se apropriam de ações e ideias transnacionais. Por fim, o artigo “A campanha difamatória contra a exposição Queer”, analisa com detalhes este evento que se constitui como um marco da chegada das guerras culturais ao espaço público brasileiro.

Passamos agora ao terço do dossiê que analisa ações e discursos usados por artistas, indivíduos comuns e grupos ativistas pertencentes ao “outro lado”, isto é, ao lado que defende pautas vinculadas aos movimentos feministas e de minorias. O artigo “Guerras culturais, batalhas alegóricas: entrelaçamento do humor e do horror no cinema brasileiro” discute três filmes recentes de cineastas brasileiros que encenam a polarização política e moral: *Bacurau*, *Clube dos Canibais* e *Exterminadores do Além contra a Loira do Banheiro*. O artigo “Fluxos ativistas indígenas: instabilizando a hipótese da guerra cultural a partir de afetos, territorialidades e temporalidades no Brasil”, por sua vez, analisa as práticas discursivas de grupos ativistas indígenas para ressignificar o mês de abril e o dia 19, o “dia do Índio”, como dia de luta pela demarcação do território e, mais radicalmente, de luta pela vida.

Dois artigos tratam da relação entre celebridades e fãs, que se mobilizam através das redes sociais para criticar ou exigir um posicionamento de artistas em relação a temas morais e políticos. O artigo “A celebridade é política? Movimentos de politização e despolitização entre Anitta e seus públicos” descreve a pressão dos fãs para que a cantora se posicionasse contra o candidato Bolsonaro em 2018. Já o

artigo “As controvérsias de Morissey e a cultura do cancelamento: uma batalha nas guerras culturais da música pop” analisa a prática do cancelamento na relação entre fã e artista a partir do caso da mobilização de fãs de Morissey contrários a seu posicionamento a favor do partido de extrema direita For Britain.

O artigo “Controvérsia Schwarcz/Beyoncé: sociabilidades antagonistas e direito ao debate”, por fim, também trata de controvérsia e cancelamento nas redes sociais. Seu objeto são os discursos que questionaram a crítica de Lilia Schwarcz ao filme de Beyoncé *Black is King*. A controvérsia talvez tenha sido o primeiro caso de grande repercussão no Brasil do uso do conceito de lugar de fala para questionar as críticas feitas a obras de autores negros, envolvendo, assim, imediatamente a contra-acusação de cancelamento.

Além dos artigos, temos as entrevistas e resenhas, que foram pensadas no intuito de trazer uma maior contextualização histórica para a compreensão dos eventos relacionados às guerras culturais em solo brasileiro e fora dele.

A entrevista com Jacqueline Moraes Teixeira focaliza o papel da religião nas guerras culturais, chamando atenção para a relevância das pautas relacionadas às questões de sexo e gênero nesse embate. Já a entrevista com Victor Ximenes Marques centra-se na análise do recuo das lutas de classe e ascensão das lutas identitárias como elementos importantes para a constituição das guerras culturais, bem como para a importância do ativismo de Olavo de Carvalho na formação da nova direita brasileira.

Entre as resenhas, são alvo de análise as seguintes obras: “Guerra pela eternidade, o retorno do Tradicionalismo e a ascensão da direita populista”, de Benjamin R. Teitelbaum; “O progressista de ontem e o do amanhã, desafios da democracia liberal no mundo pós-políticas identitárias”, de Mark Lilla; “Armadilha da identidade, raça e classe nos dias de hoje”, de Asad Haider; “O Brasil no espectro de uma guerra híbrida: militares, operações psicológicas e política em uma perspectiva etnográfica”, de Piero Leiner; “Guerra cultural e retórica do ódio:

crônicas de um Brasil pós-político”, de João César de Castro Rocha. Fora isso, há uma resenha sobre a produção audiovisual da Brasil Paralelo.

A cronologia a seguir apresenta de modo sinóptico os principais eventos da trajetória das guerras culturais no Brasil:

HISTÓRIA DAS GUERRAS CULTURAIS NO BRASIL



Referências bibliográficas:

BONIKOWSKI, B. Ethno-nationalist populism and the mobilization of collective resentment. *The British Journal of Sociology*, v. 68, n. SI, 2017, p. S181-S213.

BUCHANAN, P. J. Culture War speech: Address to the Republican National Convention (17 August 1992). In <https://voicesofdemocracy.umd.edu/buchanan-culture-war-speech-speech-text>. Acessado em 1º de novembro de 2021.

CABRAL, Nara Lya Simões Caetano. O debate sobre o “politicamente correto” na imprensa: o caso do jornal *Folha de S. Paulo*. 13º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo Campo Grande – UFMS – Novembro de 2015.

Dossiê **Guerras Culturais** – <https://revistaecopos.eco.ufri.br/>

ISSN 2175-8689 – v. 24, n. 2, 2021

DOI: 10.29146/ecopos.v24i2.27791

FRANK, T. What's the Matter with Kansas? How Conservatives Won the Heart of America. Nova Iorque: Owl Books, 2004.

GITLIN, T.; ROSEN, R. Give the 60's generation a break. New York Times, 14 de novembro de 1987. Disponível em <https://www.nytimes.com/1987/11/14/opinion/give-the-60-s-generation-a-break.htm>.

HABERMAS, J. The Philosophical Discourse of Modernity. Cambridge, Ma.: MIT Press, 1990.

HARTMAN, A. A War for the Soul of America: A History of the Culture Wars. Chicago: University of Chicago Press, 2016.

HOCHSCHILD, A. R. Strangers in Their Own Land. Nova York: The New Press, 2016.

HUNTER, J. Culture Wars: The Struggle To Define America. Nova Iorque: Basic Books, 1991.

João Feres Júnior, Leonardo Fernandes Nascimento e Zena Winona Eisenberg. Monteiro Lobato e o Politicamente Correto. In: DADOS – *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 56, no 1, 2013, pp. 69 a 108.

JUDIS, J. B. The Populist Explosion. Nova Iorque: Columbia Global Reports, 2016.

KAWAUCHI, Mary. Tese de doutorado. O Programa Bolsa Família e percepções de não beneficiários: Um estudo sobre o efeito preconceito. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional Universidade de Brasília, Brasília. 2019. (<https://repositorio.unb.br/handle/10482/35688>). Acessado em: 1 de novembro de 2021.

MELO, Cristina e VAZ, Paulo. E a corrupção coube em 20 centavos. Galáxia (São Paulo) (39), Sep-Dec 2018.

SONTAG, S. Diante da dor dos outros. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

TUFEKCI, Z. Engineering the public: Big data, surveillance and computational politics. First Monday, v. 19, n. 7, 2014.